



CARTA ABERTA AO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSUNTO: A Urgência da valorização de servidores públicos essenciais ao Estado

Senhor Governador,

As entidades signatárias deste documento, representantes de milhares de servidores públicos estaduais de São Paulo, tornam público, perante Vossa Excelência e a sociedade, não apenas uma cobrança, mas um **alerta crítico**.

A bandeira da "valorização do servidor público", amplamente utilizada como promessa central de gestão, hoje tremula a meio mastro. Os integrantes de cada carreira aqui representada, seus familiares e agregados, observam estarrecidos a postura contraditória do executivo em relação a essa bandeira. A confiança inicial deu lugar a um ceticismo amargo, alimentado pela defasagem salarial e pelo peso de uma responsabilidade que não encontra eco no contracheque. Sentimento ampliado pelo distanciamento imposto pelo governo, ao não abrir efetivamente uma mesa de negociações para atendimento às necessidades funcionais desses mesmos servidores.

O tempo, Senhor Governador, é agora o nosso maior adversário.

A legislação brasileira não perdoa a hesitação. Estamos em um ano eleitoral, e as janelas democráticas para a correção de injustiças históricas estão se fechando:

1. **O Limite de Abril (Lei nº 9.504/97):** Restam poucos dias para que um projeto de reajuste real e linear seja aprovado. A partir de **7 de abril**, a legislação eleitoral impede qualquer aumento que supere a inflação. Se a "valorização real" não for sancionada agora, o governo admitirá que suas promessas de campanha, de valorização real do serviço público e fim de 28 anos de políticas míopes de administração pública terão sido, na verdade, um compromisso vazio.

2. **O Muro da LRF (Lei Complementar nº 101/2000):** A Lei de Responsabilidade Fiscal torna nulo o ato que resulte em aumento de despesa com pessoal nos últimos 180 dias de mandato. Ou seja, qualquer movimento após o mês de junho padecerá de vício.

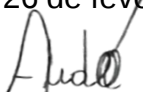
As categorias aqui representadas não aceitam que no Estado de maior poder econômico, com a administração pública mais eficaz, eficiente e enxuta, tenham rendimentos significativamente menores que seus pares na União, Estados e mesmo Municípios. Sua valorização exige **atitude imediata e envio urgente do projeto de lei à Assembleia Legislativa.**

Assim, demandamos que sejam abertas negociações imediatamente, para tratar de medidas concretas que visem **o cumprimento da lei** além do **cumprimento da palavra empenhada**. Ignorar esse claro alerta é comprometer a capacidade de resposta ao problema, fragilizar quem protege e provê recursos à sociedade e aprofundar um cenário que exige, com urgência, **decisão política.**

Senhor Governador, não há mais como esperar. A hora é agora: **a palavra empenhada tem valor.**

Ainda não consideramos esse um assunto eleitoral, mas sim a prestação de contas de um mandato que ainda não terminou, mas sabemos que novas promessas virão, e o eventual apoio futuro das famílias dos profissionais aqui representados dependem diretamente das atitudes adotadas junto às nossas categorias hoje.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.



ANDRÉ SANTOS PEREIRA

Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – ADPESP



JOSÉ EDUARDO BEXIGA

Vice-presidente Institucional da Associação dos Oficiais da Polícia Militar – AOPM



DEVANIR ZULIANI

Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo – SINAFRESP